



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 6ª Câmara de Coordenação e Revisão
 (Comunidades Indígenas e Minorias)

NOTA TÉCNICA 06/98

ASSUNTO: Ação policial encabeçada pelo IBAMA contra atividade madeireira em Terras Indígenas do Sul do Pará.

DATA: de 06 a 18 de agosto de 1998.

GRUPOS: Kaiapó/Menkragnoti e Panará
ÁREAS INDÍGENAS: Baú, Menkragnoti e Panará.

TÉCNICO RESPONSÁVEL: Elaine de Amorim Carreira



1. Introdução

A ação de combate à exploração irregular de madeira em área indígena aqui em pauta é parte constituinte da Operação Macauã II, operação de fiscalização do IBAMA que extrapola as terras dos índios atingindo todo o território da Amazônia Legal. Seu alvo foi a princípio a fiscalização madeireira na área indígena Panará e a desintrusão garimpeira na área indígena Baú. Contou com o apoio de 4 representantes da FUNAI, de 28 agentes, 2 escrivães, 2 peritos e 3 delegados da Polícia Federal, e de 42 fiscais do próprio IBAMA, além do valioso suporte logístico do Campo de Provas da Aeronáutica na Serra do Cachimbo. Tinham disponíveis 18 viaturas, 2 aviões e 1 helicóptero. No comando estavam o Chefe do Departamento de Fiscalização do IBAMA, Sr. Rodolfo Lobo da Costa, e o Delegado de Polícia Federal de Marabá, Sr. Célio Correia Guimarães.

Frente o contato e a iminência de conflito com os povos indígenas envolvidos, a Procuradoria da República em Santarém, no cumprimento de suas atribuições e a fim de intermediar as forças envolvidas, solicitou que a operação fosse acompanhada por esta antropóloga que ao final subscreve. No confronto de forças tão díspares a expectativa indígena é a de que o Ministério Público Federal atue também no sentido de equilibrá-las, reivindicando assim um olhar mais atento à sua própria realidade. Essas sociedades indígenas ao mesmo tempo que se encontram subjugadas à nossa lógica consumista e sua infundável criação de demandas, estão sendo coagidas por nossas leis a não utilizarem os recursos mais valiosos que dispõem para satisfazê-la, e, o mais grave, sem poder contar de imediato com qualquer alternativa.

2. A Operação

Após uma longa viagem por terra em péssimas condições de trânsito de Marabá à Serra do Cachimbo, o comboio da fiscalização instalou-se na Cachoeira do Curuá, às margens da rodovia BR 163, enquanto seu comando já os aguardava no Campo de Provas da Base Aérea do Cachimbo há quase dois dias. A incursão na área Panará estava prevista para o dia seguinte à sua chegada. Porém, com a informação encaminhada ao comando de que haveria na área 40 homens armados, entre pistoleiros e índios, a ação foi adiada para prévio sobrevôo em helicóptero. Apesar de detectados vestígios de atividades madeireiras e um caminhão em trânsito, não foram encontrados sinais da noticiada resistência armada.

De todos os modos, face a possibilidade de confronto entendeu-se ser mais seguro certificar a realidade daquela informação antes de qualquer incursão em área indígena. Para tanto recorreremos ao cacique Megarón, da área Baú. Megarón, além de Administrador Regional da FUNAI em Colíder, é um líder com relativo prestígio junto a seu povo que vem defendendo a desintração madeireira e garimpeira das terras indígenas. Seu apoio seria extremamente profícuo. Após contato radiofônico, partimos um representante da FUNAI e eu em avião fretado para a aldeia Baú, a fim também de buscar o apoio do expoente líder Raoní, do Xingu, que lá se encontrava. A intenção era trazê-los à Base Aérea do Cachimbo para uma reunião com IBAMA, FUNAI e Polícia Federal para esclarecimentos e busca de cooperação. Megarón prontificou-se a interceder junto às lideranças Panará, mas, juntamente com seu tio Raoní, entendeu ser importante uma reunião mais ampla, envolvendo inclusive as lideranças Menkragnoti. Com o apoio do FUNAI essa reunião chegou a ser agendada para o dia seguinte, suspensa após a garantia de tratar-se ali de uma operação restrita às áreas Panará e Baú, não sendo necessário aguardar por mais dois, três dias para seu início.

O apoio de Megarón foi na condição de não protelar ainda mais a desintração garimpeira da área Baú, a qual deveria ocorrer concomitante à fiscalização madeireira na área Panará. Argumentou que os garimpeiros aprisionados pelos guerreiros Menkragnoti estavam ameaçados de morte. Face ao clima de tensão, ficou acordado o imediato deslocamento de uma equipe composta por um delegado, um perito, um escrivão e três agentes da Polícia Federal, dois fiscais do IBAMA e dois funcionários da FUNAI para o início da missão, a ser realizada com o auxílio dos guerreiros e em aviões fretados pela FUNAI.

Em seguida à reunião com o cacique Megarón, o comboio foi autorizado a partir por terra em direção à área Panará. Apesar da garantia do apoio desse povo, entendemos ser mais seguro e de bom tom esclarecermos pessoalmente o objetivo da operação. Na aldeia, os caciques asseguraram apoio incondicional. Não estão interessados na presença de madeireiros em suas terras, pois além da ameaça constante e bastante concreta de invasão, muito pouco tem sido o retorno material.

A caminho, antes de uma bifurcação que dá acesso às reservas indígenas Panará e Menkragnoti, a equipe de fiscalização deteve três indivíduos saindo da área indígena em uma caminhonete ford F1000, suspeitos de envolvimento com a atividade madeireira. Com efeito, um deles era mecânico especializado em máquinas pesadas que acabou conduzindo a fiscalização ao local dentro da área indígena onde mantinham uma “esplanada” de mogno. Ali foram encontradas 614 toras de mogno (2.300 m²), dois caminhões toresiros, uma pá carregadeira, uma caminhonete chevrolet, um rádio FSB e um revólver calibre 38. Além disso foram apreendidos diversos documentos e notas fiscais que estabelecem nexos entre a

madeira Marcon e a madeira Universal, detentora do Plano de Manejo Florestal utilizado para “esquentar” a madeira ilegal. Apreensão que incluiu ATPFs -Autorização para Transporte de Produto Florestal- emitidas em favor da madeira Universal e utilizadas para encobrir o trânsito da madeira ilegal. Foram presos em flagrante doze homens envolvidos com o ilícito.

Ao chegarem na “esplanada”, o comboio deparou-se com dois guerreiros Menkragnoti que diziam estar em suas terras. Com efeito, ao ser levantado o ponto geográfico do local constatou-se tratar-se de território Menkragnoti e não Panará. Temendo sua reação, a equipe, apesar da informação dos próprios madeireiros de existência de outras “esplanadas” de mogno na área, recuou após destruir o acampamento e arrecadar o material encontrado, deixando ali os dois guerreiros que apoiavam a atividade madeira, os quais retornaram à aldeia onde noticiaram o ocorrido aos demais Kaiapó da região.

Em função desse incidente que levou a uma entrada não negociada em terras Menkragnoti, a operação na área Panará não só teve de ser adiada como revestiu-se de muito mais cuidados. Ainda que contássemos com o apoio dos Panará, uma possível represália Menkragnoti não podia ser descartada. Sobretudo porque os Panará, apesar da relação amistosa, sempre foram seus tradicionais adversários de guerra em significativa desvantagem numérica.

Com efeito, houve informação acerca de movimento de pessoas nas imediações do Posto Indígena Ipiranga, na entrada da área Panará, com evasão dos madeireiros, conduzindo equipamentos e mogno. Após sobrevôo para certificar-se, foram deixados ali de guarda três agentes da Polícia Federal até a chegada do restante do comboio, no dia seguinte. Porém, após retornar à Base Aérea, o delegado Célio é novamente noticiado de que vários guerreiros Menkragnoti, patrocinados pelos madeireiros de Redenção, estavam deslocando-se para esse posto com o objetivo de fazerem reféns e frear o avanço da operação. Como já era tarde para vôo de helicóptero, o delegado determinou que todo o comboio se deslocasse por terra até o Posto e resgatasse os agentes, o que se prolongou por toda uma noite. Fato que além de atrasar uma vez mais a incursão em território Panará, evacuou a vigilância nessa saída da área, deixando-a em descoberto.

No entanto, apesar dos Menkragnoti estarem de fato furiosos, não avançaram em direção às terras Panará. Contaram com o apoio madeireiro, mas para defender seus interesses em território próprio. Para tanto seus guerreiros, armados e pintados para a guerra, partiram em busca dos responsáveis pela entrada desavisada que decorreu na apreensão de suas riquezas, exploradas de forma ilegal. Liderados pelo cacique Bebkum, da aldeia Kumbemkrók diretamente ligada à “esplanada”, e com o apoio de dois outros caciques da aldeia Pukanu, a segunda da área no total de duas, surpreenderam o acampamento da equipe de fiscais e agentes às margens da Cachoeira do Curuá, quando justamente o comboio havia se deslocado para uma fazenda onde haveria um esquema de “esquentamento” do mogno proveniente de área indígena, há cerca de 10 km da cidade Castelo dos Sonhos. A notícia era de que os índios intencionavam fazer de reféns os agentes da polícia federal e IBAMA que ali se encontravam guardando equipamentos e máquinas apreendidos. Imediatamente o comboio retornou ao acampamento, assim como os demais que se encontravam na Base Aérea, trazendo além do helicóptero da polícia federal, outro da FAB conduzindo equipe médica uma vez que se temia confronto armado com os índios.

Embora o clima fosse de animosidade, os Menkragnoti não haviam feito reféns e, a princípio, apenas queriam conversar. A reunião obviamente iniciou tensa, amenizando-se pouco a pouco sobretudo após a chegada do cacique Megarón, aguardado tanto por nós quanto por seus parentes Menkragnoti. Esses queriam saber quem havia dado ordens para entrar em suas terras, e, sobretudo, se essa entrada sem aviso prévio estava permitida. Para eles foi uma invasão que como qualquer outra deve ser contida. Estavam preocupados, temendo novas incursões que iriam necessariamente incorrer em novas apreensões. Argumentaram que não podiam dispor do mogno assim de imediato sem nenhuma contra-oferta.

Foi esclarecido de que a entrada da fiscalização em suas terras, no dia anterior, se dera de forma involuntária uma vez que se pensava estar em terras Panará. Por outro lado esclareceu-se também tratar-se ali de uma ação policial contra ato ilícito cometido pelos brancos. A intenção não era atingir os índios, mas apenas o madeireiro, o qual não deveria estar sendo acobertado. Afinal eles sabem que não podem, sob pena de também estarem cometendo crime, acobertar em suas terras qualquer atividade ilegal dos brancos. Após, houve reunião privada entre os Menkragnoti com participação exclusiva da FUNAI. Ao mesmo tempo, IBAMA e Polícia Federal buscaram alinhar uma proposta que evitasse o confronto sem contrariar os objetivos da operação. Essa foi de que freariam qualquer incursão em terras Menkragnoti mesmo sabendo do ilícito ali resguardado, mas que avançariam no sentido da conclusão do flagrante das 614 toras de mogno e equipamentos madeireiros, incluindo a retirada da madeira. O que exigiria novas entradas que, no entanto, não excederiam os limites daquela “esplanada”. Após alguma relutância, os Menkragnoti aceitaram a proposta ainda que pouco convencidos da veracidade da palavra de branco. Celebrado o acordo, parte dos guerreiros retornou para suas aldeias em caminhão madeireiro naquela mesma madrugada, e parte permaneceu ali juntamente com os caciques, aguardando o retorno via aérea para o dia seguinte, financiado pelo IBAMA.

Ainda nessa madrugada o delegado Célio recebeu o comunicado de que cerca de duzentos guerreiros Kaiapó do município de Redenção estavam sendo arregimentados por madeireiros para irem até o acampamento e ali fazerem reféns. Como cautela, o delegado determinou o imediato levantamento do acampamento, deslocando todo o comboio para a Base Aérea do Cachimbo, onde deixariam depositado o equipamento apreendido.

Os Panará já estavam inquietos com a demora. Segundo eles os madeireiros estavam aproveitando o vácuo e retirando todo equipamento da área, razão pela qual solicitaram a intervenção do cacique Megarón, que de volta à Base Aérea garantiu não haver perigo algum em torno a ação na área Panará. Essa ocorreu enfim, mas de fato nada mais foi encontrado além de vestígios. Nem toras, nem equipamentos, nem pessoas foram apreendidas. Suspeita-se que o mogno retirado da área Panará estaria sendo conduzido à Menkragnoti onde o apoio indígena está consolidado, o que caracterizaria furto. De volta, no Posto Indígena da FUNAI comunicamos ao cacique Paiê o resultado da fiscalização, solicitando que o mesmo fosse retransmitido aos demais caciques da aldeia. Infelizmente, em função de demanda da operação que ocorria concomitante na área Baú, não dispusemos de aeronave para o prometido retorno à aldeia Panará, o que parece tê-los desagradado.

Antes mesmo da incursão em área Panará houve a fiscalização na madeireira Marcon, próxima a Castelo dos Sonhos, onde foram encontradas 101 toras de mogno com a mesma marca e seqüência numérica dos documentos apreendidos na área Menkragnoti. Duas pessoas que ali trabalhavam foram trazidas para prestar depoimentos.

A operação na área Baú foi concluída. Todos os garimpeiros que ali se encontravam foram retirados e autuados, muitos já sob domínio dos guerreiros Kaiapó. Uma pista de pouso clandestina foi detonada e os equipamentos apreendidos lá deixados *sub judice*. As demais pistas seriam destruídas com o apoio da Aeronáutica, utilizado-se dos treinamentos de bombardeio que pronto se iniciariam no Campo de Provas da Base Aérea do Cachimbo.

3. A Ação Madeireira em Área Indígena

De volta a Brasília, fui informada de que os Panará após reunião com a presença do cacique Megarón decidiram não aceitar mais a presença madeireira em suas terras, dispostos a incondicional apoio à fiscalização. No entanto, sabemos da fragilidade dessa decisão e de seu reduzido alcance. Frear a ação madeireira nas terras Panará não depende apenas da resistência Panará. Depende também de nós, órgãos federais responsáveis pela integridade desse território. Portanto depende da aliança que a legalidade pode oferecer a esse povo, antecipando-se às já comprovadamente eficazes alianças madeireiras.

A área Panará faz parte de um complexo de áreas indígenas do sul do Pará que vêm sendo vitimadas pela extração ilegal de mogno, mas que se mantém todavia em sua periferia. O envolvimento Panará mal começou, e pode já ser de pronto frustrado. Porém, sua resistência exige fomento. Nesse sentido, segundo informação do Instituto Sócioambiental-ISA entre eles há alguns anos, a expectativa Panará é de que algo da apreensão feita na área Menkragnoti seja-lhes revertido, sob argumento de haver furto de suas riquezas em mogno com destino a essas terras limítrofes. Portanto reivindicam a execução de perícia a fim de que seja constatada possível conexão entre a “esplanada” flagrada em área Menkragnoti com o movimento madeireiro em suas terras, a qual deve incluir levantamento de danos ambientais.

Vale dizer que a posição Menkragnoti não está tão distante da Panará. Não se mostraram relutantes em ceder à pressão da fiscalização pondo fim à exploração madeireira em suas terras. Essa, apesar dos benefícios assistencialistas é risco constante de sujeição já bastante conhecido pelos povos indígenas. O que não aceitam é mesmo dispor do dia para a noite de sua atual única fonte de renda. As toras de mogno que se encontram em suas terras já estão comprometidas. Possuem dívidas e uma demanda já consolidada de bens e serviços só alcançados mediante pagamento em dinheiro. Afinal, trata-se aqui de grupo humano, e como tal sujeito ao dinamismo próprio do movimento histórico, especialmente acelerado depois do contato com o mundo dos brancos.

Apesar do contato madeireiro e de seu conhecido impacto sobre a organização social e política desses grupos indígenas, os Menkragnoti sustentam seu modo tradicional de organizar a vida pública, liderada ainda por caciques legitimados pela tradição. Com efeito, a exploração madeireira é relativamente recente em área Menkragnoti e, por conseguinte, relativamente fácil de ser revertida, diferente do que parece ocorrer na área Kaiapó, em Redenção, onde a exploração reporta há pelo menos uma década. Só não é válido tirar-lhes o recurso de que dispõem atualmente para sustentar suas demandas monetárias, sem nada a oferecer em troca. Por isso as apreensões ali ocorridas devem ser revertidas a seu favor, sob forma de projetos econômicos sustentáveis. Com a verba arrecadada é absolutamente viável uma aplicação racional com fôlego para anos de sustentabilidade, fomentando o

restabelecimento econômico da sociedade e livrando-a da contravenção branca, cujo assédio sabemos ser constante.

Porém vale mencionar o curso da ação civil 91.00.22059-0, movida pelo Ministério Público Federal, onde mais uma vez a FUNAI demonstra sua dificuldade em operar projetos de sustentação indígena, nesse caso em desfavor dos próprios Menkragnoti. Esses, apesar de terem conseguido ainda em meados de 95 o leilão a seu favor de 6.511 m² de mogno, a verba arrecadada no valor de R\$ 667.000,00 não chegou jamais a ser disponibilizada por absoluta inoperância do órgão indigenista. A condição era de que o dinheiro fosse liberado mediante a apresentação de projetos econômicos, saúde e educação elaborados e executados em conjunto com a FUNAI, o que nunca veio a ocorrer.

Com efeito, o movimento madeireiro em área indígena não encontra respaldo apenas na aliança com os índios. A negligência do Estado através de seus órgãos indigenista e ambiental tem sido-lhes também bastante profícua. A omissão da FUNAI em todo esse processo madeireiro é flagrante, legando a segmentos da sociedade envolvente pouco comprometidos com a causa indígena suas atribuições de assistência e controle territorial. O IBAMA por seu lado também se omite ao negligenciar o controle das áreas de manejo autorizado próximas às terras indígenas, as quais têm sido sabidamente utilizadas para “esquentar” o mogno dali retirado ilegalmente, municiando-o de toda documentação necessária para livre trânsito e comercialização.

4. Conclusão

A. A continuidade da operação nessas áreas indígenas é condição para qualquer sucesso. Trata-se ali de uma rede de extração ilegal de madeira bem conectada e já consolidada há alguns anos. Por isso reter a fiscalização na área Panará apenas tocando a Menkragnoti de nada adianta. É preciso seguir pouco a pouco, no movimento próprio dos Kaiapó com avanços e recuos, até atingir o principal foco dessa malha, em Redenção. Ali os Kaiapó dão apoio irrestrito aos madeireiros, abrindo-lhes caminho às demais áreas indígenas do entorno. Figuram nesse cenário como persuasivos emissários da contravenção, além de excelente escudo que vem conseguindo, efetivamente, desarmar o Poder Público.


B. Porém sabemos que apenas a continuidade de uma operação de fiscalização desse porte, necessariamente transitória, não é o bastante. Sem sua consolidação o quadro anterior tende rapidamente a configurar-se outra vez. E essa estabilidade jamais será alcançada sem o compromisso dos órgãos federais responsáveis por ela. Nesse sentido FUNAI e IBAMA devem ser chamados a cumprir suas atribuições institucionais e responsabilizados pela negligência que deu vazão ao deprimente quadro de subjugação indígena que ali subsiste.

C. Inibir a sustentabilidade econômica dos índios sem nada oferecer em troca não parece lógico. Se quisermos conquistar a cumplicidade desses povos para o cumprimento de uma lei que é nossa, afinal somos nós e não eles que estamos pondo em risco os recursos madeireiros, devemos também retribuir com algo. É a lei da reciprocidade, das trocas que movem as relações sociais e estabelecem as alianças. Nesse contexto, buscar reverter para os índios os valores obtidos das apreensões em suas áreas mediante projetos que garantam a sustentabilidade do grupo, figura, sem dúvida, como um retorno, além de medida preventiva contra o assédio madeireiro e garimpeiro. E aqui nenhuma exclusividade tem de ser dada à

FUNAI. Os projetos devem ser ampliados em seu alcance e efetividade, e para tanto as instituições de ensino e pesquisa, e sociedade civil organizada como um todo que tenham algo a oferecer devem, necessariamente, encontrar espaço para participação.

É o relatório.

Brasília, 27 de agosto de 1998.


Elaine de Amorim Carreira
Antropóloga